Diário Oficial

Maceio - Sexta-feira
17 de Janeiro de 2014
Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Assinado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS, INTERMEDIAÇÃO E PARCERIAS DE ALAGOAS - CEPAL
Data: Sexta-feira, 17 de Janeiro de 2014 às 0:00:00

Ano 102 - Número 12

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-iNSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES

OUVIDOR-SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - Presidente
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 16 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 1584/2009.
Interessado: Juízo de Direito da 4ª Vara de Palmeira dos Índios.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Representação Criminal s/n).
Despacho: Em face da manifestação da douta Assessoria Técnica, às fls. 81/82 e do despacho de fl. 83, devolvam-se os presentes autos ao Juízo de Direito de origem.

Proc: 5634/2013.
Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em vista do teor da manifestação da douta Consultoria Jurídica, e considerando que o interessado exerceu, de fato, consoante a informação contida no documento de fl. 13, a substituição nas 11ª e 12ª Promotorias de Justiça da Capital, no período assinalado na exordial, por força das Portarias PGJ nºs 592/2013, publicada no DOE de 31 de maio de 2013 e 1197/2013, publicada no DOE de 1º de outubro de 2013, respondendo, automaticamente, pela coordenação dos órgãos de execução nominados, nos termos do art. 2º da Resolução CPJ nº 38/2012, lavre-se a portaria respectiva.

Proc: 6126/2013.
Interessado: Conselho Nacional dos Procuradores–Gerais – CNPG.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Em face da manifestação do Promotor de Justiça Dr. Humberto Pimentel Costa, Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica, encaminhe-se, via e-mail, cópia dos documentos de fls. 22/26 à interessada.

Proc: 6188/2013.
Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Provimento de cargo público.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Pedido de Provimento de cargos públicos. Nomeação. Cargo vago, criado pela Lei nº 7.245/2011. Existência de concurso público com prazo de validade vigente. Obedecida a ordem de classificação. Pela possibilidade jurídica de edição de ato de nomeação, sendo que os atos posteriores ficam condicionados ao cumprimento das exigências insertas nos itens 09 e 10 do Edital de nº 01/2011 do 2º Concurso Público para provimento de cargos de servidores efetivos do Ministério Público do Estado de Alagoas". Lavre-se o ato respectivo.

Proc: 6358/2013.
Interessado: Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Assunto: Notícia de abuso contra idosa.
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a juntada dos autos ao Proc. PGJ nº 6250/2013. Após, remeta-se à 6ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.

Proc: 005/2014.
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Agentes Públicos. Função gratificada de encarregado de patrimônio. Lei Estadual nº 7.245/2011. Remuneração. Pedido de concessão adicional de gratificação a servidor do Ministério Público Estadual, por exercício cumulativo, em substituição, da função de encarregado de patrimônio – símbolo FG-2. Necessidade de efetivo exercício funcional. Declaração do superior hierárquico nesse sentido. Pelo deferimento, sugerindo a evolução dos autos à Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis.

Proc: 022/2013.
Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Assunto: Requerimento de informações.
Despacho: À ASPLAGE para informar.

Proc: 121/2014.
Interessado: Fellipe Tavares de Carvalho Barros, gestor do contrato.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 135/2014.
Interessado: Tribunal de Justiça/Gabinete da Presidência.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Ofício nº 568/2013/GP).
Despacho: À Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais com Atribuição Não Privativa de Maceió.

Proc: 140/2014.
Interessado: Sociedade Unida do Prado.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 142/2014.
Interessado: Sigiloso.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.

Proc: 143/2014.
Interessado: Priscila Costa de Nazaré Lucena.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 144/2014.
Interessado: Felipe Vilela Fernandes.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 145/2014.
Interessado: Benilda dos Santos Gomes.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À Promotoria de Justiça de Atalaia.

Proc: 146/2014.
Interessado: Márcio Antônio Piccinini.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 148/2014.
Interessado: Carlos Roberto da Silva.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 149/2014.
Interessado: Elton Pereira Lima.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 150/2014.
Interessado: Breno Houly Palmeira.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia.

Proc: 155/2013.
Interessado: Polyana Martiniano Melo, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquive-se.

Proc: 157/2014.
Interessado: Paula Rafaela S. Siqueira.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 159/2014
Interessado: Dr. Eduardo Tavares Mendes, Procurador de Justiça/Ouvidor do Ministério Público de Alagoas.
Assunto: Requerimento de suspensão de férias
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 160/2014.
Interessado: Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 161/2013.
Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Junte-se ao Proc. PGJ nº 5562/2013.

Proc: 162/2014.
Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 164/2014.
Interessado: Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Encaminhando autos para os fins do art. 28 do CPP (cópia do Processo nº 0001185-88.2013.8.02.0001).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 165/2014.
Interessado: Comissão de Direitos Humanos OAB/AL.
Assunto: Encaminhamento de termo de declarações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 166/2014.
Interessado: Comissão de Direitos Humanos OAB/AL.
Assunto: Encaminhamento de termo de declarações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 167/2014.
Interessado: Dra. Failde Soares Ferreira de Mendonça, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 168/2014.
Interessado: Sigiloso.
Assunto: Denúncia de irregularidades.
Despacho: À Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio.

Proc: 172/2014.
Interessado: Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Equipamentos.
Assunto: Encaminhamento de relatório.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 203/2014.
Interessado: Ana Luzia Costa Cavalcante Manso, Procuradora Geral do Município de Pindoba.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 205/2014.
Interessado: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À DPO/DCF.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de janeiro de 2013.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 001/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 3462/2013, RESOLVE nomear em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público ANTÔNIO PACHECO SANTOS COSTA, portador do CPF nº 077.247.434-60, para exercer o cargo de Analista do Ministério Público – Área Jurídica, código AE-109-PGJ, Região 02 – Arapiraca, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 06 de janeiro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

* - Republicado

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 002/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 5964/2013, RESOLVE nomear em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público JEFFERSON DO RÊGO NASCIMENTO, portador do

CPF nº 074.045.504-40, para exercer o cargo de Analista do Ministério Público – Área Jurídica, código AE-109-PGJ, Região 01 – Maceió, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 07 de janeiro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

* - Republicado

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 003/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 6187/2013, RESOLVE nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público, ANDRESSA DE FREITAS SANTOS, portadora do CPF nº 066.833.704-43, para exercer o cargo de Técnico do Ministério Público, Código AE-104-PGJ, Região 01 – Maceió, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 13 de janeiro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

* - Republicado

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 004/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 6188/2013, RESOLVE nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público, VICTOR ANDRÉ CARNEIRO MAGALHÃES, portador do CPF nº 078.943.244-773, para exercer o cargo de Técnico do Ministério Público, Código AE-104-PGJ, Região 01 – Maceió, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 15 de janeiro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 047, DE 16 DE JANEIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. ROGÉRIO PARANHOS GONÇALVES, 1º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça da Infância de Maceió, no período de férias da Coordenadora eleita, com efeitos retroativos ao dia 1º de outubro de 2013.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 048, DE 16 DE JANEIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA NETO, 8º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 12ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, durante as férias do Promotor de Justiça designado.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

SÚMULA DO CONTRATO Nº 56/2013

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ N° 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: CAVALCANTE & CIA LTDA-ME (CNPJ Nº 10.655.938/0001-01).
DO OBJETO: Aquisição de diversos materiais de limpeza, copa e cozinha advindos dos Lotes: 09, 11, 37, 38, 39, 46, 55, e 58 da Ata de Registro de Preços PGJ nº 04/2013, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme disposições constantes no processo PGJ nº 5912/2013.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Licitação – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 07/2013 – Ata de Registro de Preços PGJ nº 04/2013, com fulcro nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo PGJ nº 5912/2013, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independente de sua transcrição.
DO VALOR: R$ 7.656,85 (sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), conforme Nota de Empenho 2013NE01487.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339030 – Material de Consumo.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2013.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Fausto Cavalcante da Silva Junior (Representante legal da Contratada).

SÚMULA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2012

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL (CNPJ N°28.196.889/0001-43).
DO OBJETO: Alteração do contrato de prestação de serviços de companhia seguradora para cobertura de seguro contra acidentes pessoais de estagiários do Programa de Estágio do Ministério Público de Alagoas, com o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo, face previsão expressa na cláusula décima primeira do contrato, aplicação do art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93, conforme disposições constantes no processo administrativo PGJ nº 5225/2013.
DO VALOR DO ADITIVO: O valor aditivado, no montante de R$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais), corresponde ao aumento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total originário do Contrato.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.
DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2013.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas); Lidia Vitorina de Souza Oliveira e Bento Aparicio Zanzini (Representantes legais da Contratada).

*Republicado

SÚMULA DO CONTRATO Nº 01/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ N° 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: AUTO POSTO COMENDADOR LTDA (CNPJ Nº 09.280.520/0001-70).
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis – gasolina, óleo diesel e álcool hidratado – nas quantidades estimadas, abaixo especificadas, para entrega parcelada, mediante apresentação de ordens de abastecimentos, devidamente preenchidas e assinadas pelos servidores autorizados, destinados ao abastecimento da frota de veículos e do grupo gerador do prédio sede em Maceió/AL, no exercício financeiro de 2014, de acordo com as especificações mínimas discriminadas no Anexo I e II do Pregão Eletrônico nº 23/2013.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 23/2013, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Federal nº 5.450/2005, bem como, no Ato Normativo PGJ nº 06/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, como também, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei 8.666/93, conforme processo PGJ nº 4499/2013, passando a fazer parte deste instrumento.
DO VALOR: R$ 214.715,40 (duzentos e quatorze mil, setecentos e quinze reais e quarenta centavos).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA-2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339030 – Material de Consumo.
DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato abrangerá todo o exercício financeiro de 2014, contada a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Edvaldo Pinheiro Tenório Filho (Representante legal da Contratada).

SÚMULA DO CONTRATO Nº 02/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ N° 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: VCE SAT LTDA (CNPJ Nº 05.473.499/0001-78).
DO OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento, preparo e distribuição diária de alimentação preparada, acondicionada em isopor térmico, tipo quentinha acompanhada com suco ou refrigerante (300 ml para cada refeição), para os Membros da Assessoria Militar e Servidores do prédio sede do Ministério Público Estadual e unidades anexas, durante o exercício de 2014, conforme especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 26/PGJ/2013, quantidades, valores unitários e totais estabelecidos no Anexo a este Contrato.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 26/2013, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Federal nº 5.450/2005, bem como, no Ato Normativo PGJ nº 06/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, como também, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei 8.666/93, conforme processo PGJ nº 4341/2013, passando a fazer parte deste instrumento.
DO VALOR: R$ 111.407,40 (cento e onze mil, quatrocentos e sete reais e quarenta centavos).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público,

Naturezas de despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Cicero Edon Monteiro (Representante legal da Contratada).

SÚMULA DO CONTRATO Nº 03/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ N° 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: ÁGUAS MINERAIS DO NORDESTE LTDA-EPP (CNPJ Nº 05.232.382/0001-00).
DO OBJETO: Fornecimento de bens de consumo em entrega parcelada de água mineral, potável, não gaseificada, envasada em garrafões de polipropileno, contendo 20 (vinte) litros cada, retornáveis, e, esporadicamente, vasilhames de água mineral com capacidade para 20 (vinte) litros, cheios, para o Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/PGJ/2013, quantidades, valores unitários e totais estabelecidos no Anexo a este Contrato.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 24/2013, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Federal nº 5.450/2005, bem como, no Ato Normativo PGJ nº 06/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, como também, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei 8.666/93, conforme processo PGJ nº 4397/2013, passando a fazer parte deste instrumento.
DO VALOR: R$ 13.328,00 (treze mil, trezentos e vinte e oito reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de Despesa: 339030 – Material de Consumo.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato coincidirá com o do exercício financeiro de 2014, com início a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Alexandre José de Moura Lima (Representante legal da Contratada).

SÚMULA DO CONTRATO Nº 04/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ N° 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: ÁGUAS MINERAIS DO NORDESTE LTDA-EPP (CNPJ Nº 05.232.382/0001-00).
DO OBJETO: Fornecimento de bens de consumo em entrega parcelada de água mineral natural potável, não gasosa, em garrafões de 20 (vinte) litros, e, esporadicamente, vasilhames de água mineral com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente abastecidos, para o Ministério Público do Estado de Alagoas, em Arapiraca, nas condições e especificações constantes neste instrumento.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Dispensa de Licitação, face aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, com arrimo na ratificação da dispensa publicada no DOE-AL em 29/11/2013, conforme processo PGJ nº 3946/2013, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independente de sua transcrição.
DO VALOR: R$ 1.296,00 (um mil, duzentos e noventa e seis reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339030 – Material de Consumo.
DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato abrangerá todo o exercício financeiro de 2014, contada da data de assinatura até 31 de dezembro de 2014.
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Alexandre José de Moura Lima (Representante legal da Contratada).

==========
>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<
==========

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU
A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS
DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS
ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

0005308-71.2009.8.02.0001
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
LEONARDO PERROTI SANTOS GUASTAFERRO
Entrada :19/12/2013 Retirada :03/01/2014
Devolução :14/01/2014 Saidap/ TJ 14/01/2014
(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/12/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

==========
TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA
==========

==========
>>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<
==========

AO(S) '16' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ
AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:
##

Proc. 195/2014
Interessado:
MARIA HELENA SOARES DO NASCIMENTO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
##

Proc. 191/2014
Interessado:
SIGILOSO
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA. DENUNCIA CONTRA EX POLICIAL MILITAR
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 192/2014
Interessado:
EXPONENCIAL CONSULTORIA E ASSESSORIA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 193/2014
Interessado:
MPF-PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
PALESTRA "CONTRAINTELIGEN CIA APLICADA AS ATIVIDADES DO MP'
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 194/2014
Interessado:
ISMAEL JOSE DA SILVA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA DA FAZENDA ESTADUAL

##
Proc. 196/2014
Interessado:
DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO DESTA PGJ
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ADIANTAMENTO DE NUMERARIO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL
##

Proc. 197/2014
Interessado:
MPF-PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO CÓPIA DE INQUERITO CIVIL N° 1.11.000.001141/2007-95
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 198/2014
Interessado:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHANDO INFORMAÇÕES SIGILOSAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 199/2014
Interessado:
KHENIA TARCIANNA CORREIA DE PONTES
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 200/2014
Interessado:
TAYSA SIMONE NEVES ALENCAR, TÉCNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Natureza:
REQUERENDO EXONERACAO
Assunto:
EXONERAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 201/2014
Interessado:
PREFEITURA DE MACEIO - SAÚDE
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENVIO DE CÓPIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 137/2014
Interessado:
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
REF.: NOTICIA DE FATO N° 1.11.000.001210/2013-17
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 124/2014
Interessado:
DR. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 202/2014
Interessado:
SINDICATO DOS AGENTES DE SAUDE DE ALAGOAS
Natureza:
REPRESENTACAO
Assunto:
REPRESENTAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 203/2014
Interessado:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBA, PROCURADORIA GERAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 204/2014
Interessado:
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA, GABINETE DO PREFEITO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM DOAÇÃO DE IMOVEIS PUBLICOS.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

Proc. 205/2014
Interessado:
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
2º RELATORIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - PROINVESTE/FINISA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

##

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA
==========

Promotorias de Justiça

PORTARIA nº 03/2014

A PROMOTORIA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MACEIÓ, nas pessoas dos Promotores de Justiça abaixo firmado, nos usos de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), e 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93);

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público, conferida pela Lei nº 7.347/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.078/90, para instaurar Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, visando à proteção e defesa de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, da Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei n.º 8.078/90 e Lei Complementar Federal n.º 75/93, art. 6.º, XX);

CONSIDERANDO que segundo estatuiu o art. 40 da Lei Federal n° 10.671, de 15 de maio de 2003 (que dispôs sobre o Estatuto do Torcedor), a defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o Título III da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990;

CONSIDERANDO que o lazer é um direito social garantido pelo art. 6° da Constituição Federal, e que as partidas de futebol se inserem neste gênero, cabendo ao Ministério Público acompanhar, fiscalizar e atuar ativamente em todas as atividades que objetivam resguardar o cumprimento da legislação e à segurança do torcedor;

RESOLVEM:

INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro no art. 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), e nas prescrições da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, com o escopo de acompanhar, fiscalizar e atuar ativamente em todas as atividades que objetivam resguardar o cumprimento da legislação e à segurança do torcedor, insculpidos na Lei nº 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor), que digam respeito ao exercício de 2014;

1) Autuação e registro da presente portaria no livro próprio desta Promotoria, efetuando-se as anotações exigidas no art. 1º, §§ 5º e 6º da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

2) Expedição de ofício, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça - Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando, ademais, ao Sr. Procurador Geral de Justiça à publicação desta no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

3) Junte-se aos autos, o Termo de Ajustamento de Conduta lavrado no ano de 2013 (ainda em vigor), bem como, os Laudos Técnicos de Vistorias de Engenharia; da Vigilância Sanitária, e do Corpo de Bombeiros Militar, todos referentes ao Estádio Rei Pelé (ainda em vigor);

Requisite-se à FAF os laudos técnicos referentes à Policia Militar (do Estádio Rei Pelé); todos referente ao Estádio do Corinthians Alagoano; bem como, cópia da apólice de seguro para ambos os Estádios, par a o ano de 2014;

5) Coleta de documentos, certidões, perícias, inspeções e demais diligências e informações para melhor esclarecimento dos fatos acima citados.

CUMPRA-SE.

Maceió, 13 de janeiro de 2014.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
Promotor de Justiça

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça

A Coordenadora da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital, Denise Guimarães de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, vem cientificar aos interessados, dos despachos abaixo, para fins de eventual interposição de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, bem como, da adoção das providências nos Procedimentos DESPACHADOS pelos Promotores de Justiça da PROESDEC durante o mês JANEIRO de 2014

PROMOTOR: MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N°001/2013 (volume I e II) e NOTÍCIAS DE FATO Nºs: 305/2013; 285/2013; 283/2013; 260/2013; 259/2013; 236/2013; 229/2013; 187/2013, 159/2013 e 019/2013.
Interessada: PROESDEC
Assunto: Estatuto do Torcedor/2013
DESPACHO: "Assim, tendo em vista que o presente ICP, bem como, todas as Notícias de Fato em anexo, cumpriram seus objetivos, DETERMINAMOS: a) a Extração de cópias dos documentos de fls. 205/16 (ICP), para inseri-los em novo procedimento pertinente ao esttuo do torcedor- exercício 2014; b) para fins de observância do § 1º do art. 10 da Resolução nº01/2010, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas, publique-se a parte dispositiva do presente despacho em DOE, uma vez que a gama de pessoas interessadas (torcedores) é indeterminada; c) após as providênicas acima, e se não houver recurso adminitrativo no decênio legal., ARQUIVEM-SE o presente ICP Nº 01/2013, BEM COMO AS Notícias de Fato nºs 305/2013; 285/2013; 283/2013; 260/2013; 259/2013; 236/2013; 187/2013; 229/2013 e 159/2013, encaminhando-se para o Egrégio CSMP para fins de reexame de arquivamento. Cumpra-se. Maceió, 13 de janeiro de 2014."

PROMOTOR: MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N°007/2013 (volume I e II) e NF nº189/2013
Interessada: PROESDEC
Assunto: Disciplinamento dos Festejos Juninos/2013
DESPACHO: "Assim, sem maiores considerações, determinamos o arquivamento dos autos do Inquérito Civil Público nº07/2012 (Volumes I e II) e a Notícia de Fato nº189/2013, encaminhando-se para apreciação do Egrégio CSMP/AL para homologação. Antes, portando, consdiderando a multiplicidade de partes interesssadas, determinamos a publicação da parte dispositiva em DOE, para que estas, caso queiram, apresente recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Maceió, 06 de janeiro de 2014."

PROMOTOR: MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
NOTÍCIA DE FATO N°253/2013
Interessado: João Correia do Amorim (CAIAC- Centro de Ações Integradas e Cidadania)
Assunto: Solicitando adesão ao TAC de Festejos Juninos/2013)
DESPACHO: "Tendo em vista a resolução do fato, determino o arquivamento dos presentes autos, com a publicação da parte dispositiva no DOE. Após arquive-se, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Maceió, 06 de janeiro de 2014."

PROMOTORA: DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N°295/2013
Interessada: Gabriela Albuquerque Verçosa
Assunto: Denúncia em face do Plano de Saúde Excelsior
DESPACHO: "Considerando a certidão de fls. 44; considerando a resolução do problema consoante se observa na ata de audiência de fls. 40. Determinamos o arquivamento do procedimento preparatório 295/2013. Publique-se em DOE. Baixas necessárias. Cumpra-se. Maceió, 06 de janeiro de 2014."

PROMOTORA: DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
NOTÍCIA DE FATO N°362/2013
Interessada: Secretaria de Estado da Educação e Esporte
Assunto: Solicitando Adesão ao TAC de Show's e Eventos/2013
DESPACHO: " Tendo em vista a resolução do fato, determino o arquivamento dos presentes autos, com a publicação em DOE. Após, arquive-se, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Maceió, 13 de janeiro de 2014."

PROMOTORA: DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
NOTÍCIA DE FATO N°379/2013
Interessado: Jurandyr de Lima
Assunto: Solicitando Adesão ao TAC de Show's e Eventos/2013
DESPACHO: "Tendo em vista a resposta ofertada pela SMCCU, dando conta da não realização do evento, deve, em face da perda do objeto, ser a presente NF nº379/2013 arquivada. Baixas necessárias. Publique-se em DOE. Cumpra-se. Maceió, 13 de janeiro de 2014."

PROMOTOR: MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
NOTÍCIA DE FATO N°394/2013 ANEXO 13
Interessado:Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas
Assunto: Não Observância do Código de Segurança contra Incêndio e Pânico Chaparral Beer
DESPACHO: "Considerando o ofício retro, onde se observa que a empresa cumpriu a legislação contra incêndio e pânico, impõe-se o devido arquivamento em razão da resolução do problema. Publique-se a parte dispositiva em DOE Baixas necessárias. Cumpra-se. Maceió, 09 de janeiro de 2014."

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça
Coordenadora da PROESDEC